

CAPÍTULO IX

DAS QUEIMADAS E DOS CORTES DE ÁRVORES E PASTAGENS

Art.129 - A Prefeitura colaborará com o Estado e a União para evitar a devastação das florestas e estimular a plantação de árvores.

Art.130 - Para evitar a propagação de incêndios, observar-se-ão, nas queimadas, as medidas previstas necessárias, estabelecidas na legislação pertinente.

Art.131 - A ninguém é permitido atear fogo em roçados, palhadas ou matos que limitam com terras de outrem sem tomar as seguintes precauções:

- I - preparar aceiros de no mínimo sete metros de largura;
- II - mandar aviso aos confrotantes, com antecedência mínima de 12 (doze) horas, marcando hora e lugar para lançamento do fogo.

Art. 132- A ninguém é permitido atear fogo em matas, capoeiras, lavouras ou campos alheios.

Parágrafo único - Salvo acordo entre os interessados é proibido queimar campos de aração em comum.

Art. 133- A derrubada de mata no território do Município, dependerá de licença da Prefeitura.

§ 1º - A Prefeitura só concederá licença quando o terreno se destinar a construção ou plantio pelo proprietário, observando-se a distância mínima de 50 metros às margens dos rios, córregos e riachos.

§ 2º - A licença será negada se a mata for considerada de utilidade pública.

Art. 134- É expressamente proibido o corte ou danificação de árvores ou arbusto nos logradouros, jardins e parques públicos.

Art. 135- Fica proibido a formação de pastagens na zona